

## 22 DE JUNHO 2010

Terça-feira

- **CNI – CLIPPING NACIONAL E INTERNACIONAL**
- **EMPREGO BATE RECORDE PARA MAIO NO BRASIL**
- **LUPI PREVÊ CRIAÇÃO RECORDE DE 320 MIL EMPREGOS EM JUNHO**
- **SOBRA DE VAGAS FAZ SALÁRIOS AUMENTAREM**
- **PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇO CRESCE 29,1% EM MAIO**
- **PROJETO PODE MUDAR EXIGÊNCIAS PARA APOSENTADORIA**
- **PADILHA VÊ MANUTENÇÃO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO**
- **CENTRAIS SINDICAIS VÃO SE UNIR POR SALÁRIO MAIS ELEVADO**
- **QUOTA COM VENCIMENTO EM 30/6 TERÁ 1,75% DE JUROS**
- **DCTF ABRIL DEVE SER ENTREGUE ATÉ HOJE, 22/6**
- **JT TERÁ COMPETÊNCIA PARA CAUSAS DE AUTÔNOMOS**
- **TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA LEVA A VÍNCULO DE EMPREGO**

<b>Câmbio</b>		
Em 22/06/2010 às 11h00		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	1,764	1,766
<b>Euro</b>	2,166	2,169

Fonte: BACEN

### **CNI – CLIPPING NACIONAL E INTERNACIONAL**

21/06/2010 – CNI

Em anexo.

### **EMPREGO BATE RECORDE PARA MAIO NO BRASIL**

22/06/2010 – Gazeta do Povo

O Brasil bateu mais um recorde de geração de empregos em maio, com a criação de 298.041 postos de trabalho com carteira assinada, informou ontem o Ministério do Trabalho e Emprego. No Paraná, o saldo entre empregados e desempregados ficou em

19.131 vagas, o terceiro melhor desempenho da série histórica, só perdendo para 2004 (25.101 postos) e 2001 (22.828 empregos). O resultado regional foi puxado principalmente pela construção civil, pela recuperação da indústria da transformação e pelos setores de comércio e serviços. Foi o melhor resultado da Região Sul. Na comparação com o mesmo período do ano passado, o crescimento do número de vagas no estado foi de 63%.

Com o desempenho, o Brasil chega à marca de 1,26 milhão de novos postos de trabalho em 2010, resultado de cinco meses de recorde consecutivos. O volume de janeiro a maio já supera o saldo de todo o ano passado, de 995 mil vagas.

“Estamos nos aproximando do ritmo de geração de empregos de antes da crise econômica de 2008”, afirma o economista Cid Cordeiro, do Dieese no Paraná. Se mantido o atual ritmo, ele acredita que o estado deve bater um novo recorde em 2010. O melhor ano da série foi 2004, com 122.648 contratações formais. De janeiro a maio, o estado criou 90.542 vagas, alta de 4,11% em relação ao mesmo período do ano passado.

## **Setores**

Segundo Cordeiro, a construção civil – que liderou a taxa de crescimento de emprego no estado – deve continuar aquecida nos próximos meses, no embalo do crédito para o setor imobiliário e das obras de infraestrutura. A indústria, que foi o setor mais prejudicado pela crise, por sua vez, deve manter o movimento de recuperação. No mês passado, os segmentos industriais paranaenses que mais empregaram, em números absolutos, foram de alimentos e bebidas (1.829), têxtil e vestuário (798), material de transporte (682) e mecânica (658). No setor de serviços, os destaques foram administração de imóveis (1.784) e alojamento alimentar e manutenção (1.204). Do total de empregos gerados no Paraná, a região metropolitana de Curitiba contribuiu com 6.802 vagas, um recorde.

O forte crescimento da economia brasileira, com um avanço do Produto Interno Bruto (PIB) de 9% no primeiro trimestre, contribuiu para a maior geração de vagas formais.

Em entrevista coletiva ontem em Brasília, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, negou que haja uma bolha de crescimento no país.

## **LUPI PREVÊ CRIAÇÃO RECORDE DE 320 MIL EMPREGOS EM JUNHO**

21/06/2010 – O Estado do Paraná

O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, previu hoje que a criação de vagas formais de trabalho em junho será recorde histórico não só para junho, mas para toda a série produzida pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mensalmente. Até então, o melhor saldo para emprego com carteira de trabalho assinada foi em junho de 2008, quando houve criação líquida (já descontadas as

demissões) de 309 mil postos. "Vamos viver o melhor junho da história. Vamos passar das 309 mil vagas e podemos chegar perto de 320 mil", previu.

De acordo com o ministro, a Copa do Mundo e a proximidade das eleições são dois pontos importantes para fomentar a atividade produtiva, com consequente geração de empregos. Além disso, o ministro citou a robustez da economia e a perspectiva de novos postos de trabalho criados na Região Centro-Oeste do País, com o início de safras de inverno. Lupi brincou também com a possibilidade de o Brasil ganhar a Copa do Mundo. "Se o Brasil for campeão, refaço a previsão (para o saldo de empregos formais a serem criados em 2010)", disse. O ministro alterou, em maio, sua projeção de criação de 2 milhões de vagas de trabalho para 2,5 milhões.

Lupi ressaltou o fato de a criação de vagas ter ultrapassado a marca dos 2 milhões no período acumulado de 12 meses. Dados do Caged divulgados esta tarde revelaram que de junho de 2009 a maio deste ano, o saldo está positivo em 2.075.467 de postos.

Nos primeiros cinco meses do ano, o número total de empregos gerados com carteira, já descontadas as demissões, foi de 1.260.368. "Já atingimos metade da meta", comentou o ministro. Ele salientou que desde o início do governo Lula, em 2003, foram criados 13.013.131 postos de trabalho no País. "Minha previsão continua a de que mais de 15 milhões de empregos formais serão gerados desde início do governo Lula", reforçou.

## **SOBRA DE VAGAS FAZ SALÁRIOS AUMENTAREM**

22/06/2010 – Gazeta do Povo

O reaquecimento da economia e o aumento da oferta de vagas estão permitindo que candidatos a um novo emprego possam escolher entre várias oportunidades. O crescente interesse das empresas em contratar se reflete nos números da Agência do Trabalhador do Paraná. Em maio, a oferta de vagas foi 40% maior do que no mesmo mês de 2009. Em Curitiba, a alta no período foi de 80%. A abundância favorece o trabalhador, que pode optar por vagas com salários maiores e mais benefícios – o que inclui trabalhar menos horas por semana e mais perto de casa.

"A oferta hoje é muito maior do que nos outros anos, principalmente pela retomada da indústria e da construção civil. Há setores com dificuldade de preencher as vagas", diz a coordenadora de Intermediação de Mão de Obra da Secretaria de Estado do Trabalho, Angela Carsten. "Para esses casos, nós orientamos a empresa a aumentar o salário ou os benefícios."

O motorista de caminhão da Construtora Elofer, por exemplo, ganharia, a princípio, R\$ 800. Depois de um mês de procura, a empresa passou a oferecer R\$ 1 mil, e preencheu o cargo na semana passada. "Antes, uma vaga não ficava aberta mais de três dias", diz a chefe de setor dos recursos humanos da construtora, Andreia Porto. "A realidade é que não há mão de obra qualificada. Só aparecem pessoas que sobram no mercado de trabalho."

## Qualificação

A maior dificuldade, diz a coordenadora da Secretaria do Trabalho, é preencher as ocupações que exigem baixa qualificação e pouca experiência – e que, por isso, oferecem salários pouco atraentes. “Não se acha cozinheiras, padeiros ou açougueiros, por exemplo”, diz Angela.

Com uma vaga para marceneiro aberta há dois meses, o empresário João Gross acredita que a questão não é simplesmente o salário, mas a grande demanda por profissionais. Pouco otimista, ele diz que a dificuldade deve ser ainda maior nos próximos anos. “A mão de obra qualificada está empregada”, reclama. Gloss já aumentou o salário oferecido de R\$ 750 para R\$ 800, mas continua na busca. No passado, diz ele, uma vaga era preenchida em menos de uma semana. “Tudo que envolve construção está super valorizado. Você aumenta a demanda mas não há tempo para qualificar esse profissional.”

## Do outro lado

A secretária Michele Cordeiro, de 33 anos, foi contratada na semana passada pela empresa de lavagem de carpetes Above. Inicialmente, a anúncio oferecia salário de R\$ 702. Mas só foi ocupado por ela quando subiu para R\$ 950. “O salário que estou recebendo agora é bem melhor do que na empresa onde trabalhava antes, pois tem mais comissão e benefícios”, comemora. Ela reclama, porém, da dificuldade em encontrar um trabalho cujo salário seja condizente com as atribuições reais do cargo oferecido. “Muitas vezes as vagas são divulgadas como recepcionista. Entretanto, ao chegar para a entrevista as exigências aumentam e a oferta de salário continua a mesma”, afirma.

## RMC

São José vive “boom” de oportunidades

A unidade da Agência do Trabalhador de São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba (RMC), oferece hoje entre 900 e 1 mil vagas. Em maio, número de contratações pelo departamento foi 40% maior do que no mesmo mês do ano passado, com resultado recorde, segundo o secretário municipal de Trabalho, Adilson Stuzata. “Março e maio foram os melhores meses da história”, comemora. Stuzata diz que os trabalhadores estão mais “seletivos” na busca por uma recolocação, o que tem elevado alguns salários, especialmente na faixa do mínimo. “O que se percebe é uma ascensão profissional. As pessoas estão buscando serviços considerados mais tranquilos, do ponto de vista de horas trabalhadas e de distância”, diz. Na área de produção, por exemplo, os salários variam entre R\$ 566 e R\$ 1,4 mil, mas as ofertas abaixo de R\$ 800 dificilmente estão sendo ocupadas. A cidade tem se beneficiado da retomada dos investimentos que ficaram represados durante a crise, diz o secretário.

**PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇO CRESCE 29,1% EM MAIO**

21/06/2010 – Gazeta do Povo

A **produção de aço bruto** no mundo subiu 29,1% em maio em relação ao mesmo mês do ano passado, chegando a 124,184 milhões de toneladas, informou nesta segunda-feira (21) a **Associação Mundial de Aço**.

A produção brasileira no mês passado somou 2,856 milhões de toneladas, segundo a entidade, uma expansão de 50,8% na mesma comparação. No acumulado de janeiro a maio, as siderúrgicas do Brasil produziram 13,53 milhões de toneladas, salto de 56,9 por cento ante os fracos níveis de um ano antes.

Na Argentina, a produção de aço bruto no acumulado do ano até maio soma 2,028 milhões de toneladas, alta de 50,5%. Com isso, a produção sul-americana de aço bruto no período até o mês passado soma 17,592 milhões de toneladas, crescimento de 33%.

A associação, que apura dados de 66 países produtores de aço do mundo, informou que a produção nos cinco primeiros meses de 2010 foi de 586,059 milhões de toneladas de aço bruto, evolução de 29,8% na comparação anual.

A produção da **China, maior produtor e consumidor de aço do mundo**, foi de 56,143 milhões de toneladas apenas em maio, crescimento de 20,7% sobre o mesmo mês de 2009. De janeiro a maio, a produção chinesa soma 268,903 milhões de toneladas, expansão de 23,8%, segundo a associação.

O **Japão** produziu 9,727 milhões de toneladas de aço bruto em maio, salto de 50,2% na comparação anual. Enquanto isso, **Coreia do Sul** registrou volume de 5,169 milhões de toneladas, avanço de 28%. A produção da **Alemanha** em maio foi de 4,074 milhões de toneladas, disparando 87,7% em relação a maio de 2009.

## PROJETO PODE MUDAR EXIGÊNCIAS PARA APOSENTADORIA

22/06/2010 – O Estado do Paraná

A Previdência Social poderá ter que incluir na contagem do tempo para fins de aposentadoria do trabalhador, as decisões judiciais da Justiça do Trabalho que reconhecerem créditos trabalhistas não recolhidos pelas empresas. A medida está incluída em projeto que tramita no Congresso Nacional, e receberá solicitação para um trâmite mais ágil na casa de leis.

Atualmente, mesmo que haja uma decisão da Justiça do Trabalho exigindo o pagamento de créditos como hora-extra, 13.º salário, aviso prévio, e com isso o recolhimento previdenciário, esses valores não são computados como contribuição para fins de aposentadoria do trabalhador, caso as decisões judiciais não tenham se baseado em provas materiais, ou seja, em documentos.

Porém, como explica a desembargadora Eneida Melo Correia de Araújo, coordenadora do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs (Coleprecor), que esteve reunido na semana passada em Curitiba, "nem sempre o trabalhador dispõe de documentos. Muitas vezes a prova é meramente testemunhal".

Ela explica que a Previdência Social, ao relativizar uma sentença, afronta vários

princípios do Direito: "parte do princípio da má-fé, quando o princípio é da boa-fé. Desde os romanos as relações entre as pessoas são baseadas na boa-fé. Isso não significa que a relação não possa ser impugnada, contrariada, caso a decisão judicial esteja baseada em simulação, em fraude", disse a desembargadora.

## **PADILHA VÊ MANUTENÇÃO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO**

21/06/2010 – O Estado do Paraná

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), disseram hoje não acreditar que o Congresso vai derrubar o veto feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao fim do fator previdenciário. Quanto ao projeto de aumento para funcionários do Senado, Padilha disse que a tendência do presidente Lula é sancioná-lo porque, a exemplo do aumento dos servidores da Câmara, já existe previsão orçamentária para isso.

"Eu não acredito que o Congresso vá derrubar (o veto ao fim do fator previdenciário)", declarou Padilha. "Não vamos permitir que qualquer clima eleitoral venha a gerar desequilíbrio fiscal ou orçamentário no país", avisou o ministro, lembrando que, no caso do reajuste de 7,7% dos aposentados, o presidente Lula "fez questão de sentir que os ministros (da área econômica) estavam confortáveis no sentido de que era possível dar o reajuste, sem inviabilizar o equilíbrio fiscal e orçamentário, mostrando de onde seriam retirados os recursos e feitos cortes".

Já Vaccarezza respondeu à tentativa das centrais sindicais de se mobilizarem pela derrubada do veto do fator previdenciário dizendo que "quem pauta o Congresso é o presidente Sarney (presidente do Congresso, José Sarney) e para derrubar o veto, tem que ter sessão do Congresso e maioria absoluta na Câmara e no Senado para derrubá-lo e isso não tem a mínima condição porque, até as eleições, não vai ter sessão no Congresso para discutir veto".

Questionado se ocorrerem novos reajustes, sem recursos no orçamento ou se o fator previdenciário for derrubado, se virão mais cortes no orçamento, Padilha respondeu: "É lógico que sim. O governo não vai permitir que exista qualquer tipo de desequilíbrio fiscal e orçamentário no País. Nós lutamos muito para garantir esta responsabilidade fiscal, este equilíbrio fiscal e fizemos grandes esforços para garantir o controle da inflação", afirmou.

O ministro disse ainda que "não acredita" que os parlamentares venham a "contribuir para o desequilíbrio orçamentário do País", mas avisou: "o governo tem seus instrumentos para manter este equilíbrio orçamentário e fiscal e tem tomado as medidas em relação a isso. Inclusive, quando teve de aceitar a proposta do Congresso Nacional, deixou claro de onde retira os recursos para a proposta ser aprovada sem gerar desequilíbrio, que foi o caso dos aposentados".

### **Fator previdenciário**

Criado em 1999 pelo governo Fernando Henrique Cardoso, o fator previdenciário funciona como um redutor na hora de calcular o valor da aposentadoria. O objetivo do instrumento é incentivar a maior permanência do brasileiro no mercado de trabalho e

assim reduzir as pressões sob o déficit da Previdência Social, que neste ano esta na casa dos R\$ 50 bilhões.

A fórmula de cálculo do fator diminui o valor dos benefícios porque considera a expectativa de vida do trabalhador -- que aumenta a cada ano. Por isso, mesmo tendo contribuindo por 35 anos (homem) ou 30 anos (mulher) para a previdência, o trabalhador precisa ficar um pouco mais no mercado para impedir descontos no valor do benefício.

Justamente por reduzir benefício para desestimular as aposentadorias precoces que o fator previdenciário sempre é alvo de críticas. Para os representantes de sindicatos dos aposentados, o redutor pune as pessoas que começaram a trabalhar muito jovens. O governo federal, no entanto, defende a permanência do instrumento que, em 10 anos, proporcionou uma economia de R\$ 10 bilhões para os cofres públicos.

### CENTRAIS SINDICAIS VÃO SE UNIR POR SALÁRIO MAIS ELEVADO

21/06/2010 – O Estado do Paraná

As centrais sindicais querem unificar a campanha salarial para barganhar reajustes mais elevados para os trabalhadores no segundo semestre. Pelo menos 105 negociações salariais deverão ocorrer em todo o País nos próximos seis meses, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). As principais categorias com data-base são os bancários, os comerciários, os petroleiros, os servidores das áreas de comunicações e transportes.

Somente no Estado de São Paulo a Central Única dos Trabalhadores (CUT) deve intermediar acordos de 38 categorias, que representam 1,5 milhão de trabalhadores. Com a expectativa de crescimento econômico superior a 6% ao ano e concessão de elevados aumentos salariais pelo governo aos servidores públicos, os trabalhadores da iniciativa privada esperam conseguir das empresas aumentos bem acima da inflação. O problema é que reajustes acima da inflação estimulam o consumo e podem fazer com que o Banco Central (BC) eleve ainda mais os juros para desacelerar a economia brasileira.

O diretor do Dieese Clemente Ganz afirmou que, em 2009, o reajuste dos trabalhadores ficou em média 2% acima da inflação. Para o segundo semestre, existem sindicatos que já pensam em um aumento de pelo menos 5% acima da inflação. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

### QUOTA COM VENCIMENTO EM 30/6 TERÁ 1,75% DE JUROS

22/06/2010 – Notas COAD

As pessoas físicas que optaram pelo parcelamento do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual do exercício de 2010, ano-calendário de 2009, deverão acrescer ao valor de cada quota, a partir da segunda, juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao previsto

para a entrega da declaração até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento.

Sendo assim, a 3ª quota do referido imposto, que vencerá em 30-6-2010, se recolhida no período de 1 a 30-6-2010, deverá ser acrescida de juros de 1,75%, a ser informado no campo 09 do DARF.

## **DCTF ABRIL DEVE SER ENTREGUE ATÉ HOJE, 22/6**

22/06/2010 – Notas COAD

As pessoas jurídicas de direito privado em geral, inclusive as equiparadas, têm até hoje, dia 22-6-2010, para entregar a DCTF com informações relativas ao mês de abril/2010.

A falta de apresentação da DCTF ou a sua apresentação em atraso está sujeita à multa de 2%, ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante dos impostos e contribuições informados, limitada a 20%, reduzida à metade se a Declaração for apresentada antes de qualquer procedimento de ofício.

A multa mínima a ser aplicada será de R\$ 500,00, ou, R\$ 200,00, no caso de pessoa jurídica inativa.

## **JT TERÁ COMPETÊNCIA PARA CAUSAS DE AUTÔNOMOS**

21/06/2010 – Notas COAD

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou em 16/06 a competência das varas de Trabalho para julgar os litígios decorrentes de relações de trabalho que não configuram vínculo empregatício.

A proposta - que ainda será votada pelo Plenário - amplia a competência da Justiça do Trabalho para julgar as disputas que envolvam qualquer tipo de relação de trabalho e não apenas os litígios relacionados às relações de emprego, como define hoje a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-Lei 5.452/43).

Outros casos abrangidos no texto aprovado são as relações entre trabalhadores e operadores portuários, empreiteiros e subempreiteiros e cooperativas e seus associados, além de encanadores, eletricitas e jardineiros, por exemplo.

### **Trabalho x emprego**

A medida está prevista no Projeto de Lei 6542/06, da Comissão Especial Mista da Regulamentação da Emenda 45, de 2004 (chamada de Reforma do Judiciário), aprovado pela comissão na forma de substitutivo do relator, deputado Regis de Oliveira (PSC-SP).

"Relação de trabalho eu posso ter entre locador e locatário, entre arrendatário e arrendante, de parceiro agrícola. Essas são relações de trabalho, não relações de emprego", explicou Regis de Oliveira.

O substitutivo tem alterações apenas de redação, sem modificar o teor da proposta. O relator também suprimiu o inciso da proposição que trata das ações decorrentes de assédio moral, por entender que a matéria é abordada de forma mais abrangente pela Constituição.

Segundo o parlamentar, o projeto preenche uma lacuna constitucional, ao regulamentar o dispositivo que trata da competência suplementar da Justiça do Trabalho. Regis de Oliveira acredita que o texto contribuirá para eliminar as dúvidas existentes hoje nessa Justiça e também no Superior Tribunal de Justiça referentes ao trabalho autônomo, prestado informalmente. Hoje esses casos são julgados pela Justiça comum.

FONTE: Agência Câmara

## **TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA LEVA A VÍNCULO DE EMPREGO**

21/06/2010 – Notas COAD

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso da Pepsico do Brasil Ltda., que visava reformar sentença que reconheceu o vínculo empregatício entre a empresa e um pretenso associado da Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Área de Logística (Cooperben), contratada pela empresa para prestar serviços de carregamento e descarregamento de produtos. No entanto, desde a primeira instância ficou configurada a fraude na contratação.

Segundo o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas-SP), trata-se de uma típica terceirização ilícita, em que a real empregadora, a Pepsico, por intermédio de cooperativa fraudulenta, contratou trabalhadores para executarem parte de suas atividades essenciais, na evidente tentativa de burlar a legislação trabalhista. Além de depoimentos de testemunhas, a sentença foi baseada em procedimento investigatório do Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, que reconheceu a ilicitude da intermediação de mão de obra, promovida pela então Cooperativa de Trabalhos Múltiplos (Cooperben), em favor da Pepsico, no Município de Itu.

As provas demonstraram, segundo o TRT/SP, a existência de uma cooperativa fraudulenta, em que os elementos caracterizadores de uma cooperativa estavam ausentes, como independência, autonomia, autogestão e finalidade comum entre os cooperados. Na verdadeira cooperativa, ressalta o Tribunal Regional, o sócio cooperado apresenta uma dupla condição: "além de prestar serviços é beneficiário direto dos serviços realizados pela entidade". No entanto, o que foi verificado é que todos os cooperados trabalhavam na Pepsico e que os representantes da cooperativa já haviam sido empregados da companhia.

Uma das testemunhas procurou emprego na Pepsico e foi informada que a cooperativa iria contratar trabalhadores para trabalhar na empresa. Pelos depoimentos, o Regional pôde constatar que as metas de produção eram

estabelecidas pela Pepsico, que as repassava para os representantes da cooperativa. O horário de trabalho, determinado no momento da contratação, deveria ser cumprido pelos cooperados e, caso não o fosse, o associado era dispensado. Além disso, foi informado em juízo que quem dava ordens para os cooperados era um preposto da Pepsico, algumas vezes por intermédio do gestor da cooperativa, outras diretamente.

A Pepsico sustenta que não foram preenchidos os requisitos estabelecidos no artigo 3º da CLT, necessários para a configuração do vínculo empregatício entre as partes, mas o relator do recurso de revista na Terceira Turma, ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, considerou que não foram violados os dispositivos legais apontados. Além disso, diz o relator, "a verificação dos argumentos da empresa, no que concerne à intermediação de mão de obra, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento não permitido nesta esfera extraordinária". E conclui: "O recurso de revista se concentra na avaliação do direito posto em discussão. Assim, em tal via, já não são revolidos fatos e provas, campo em que remanesce soberana a instância regional, a teor da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho". (RR - 47100-11.2007.5.15.0018)

FONTE: Assessoria de Comunicação Social - TST